

## **Interseccionalidade e a experiência de gays negros na Educação Física universitária: disputas por espaço**

Adão Rodrigues Sousa<sup>1</sup>, Majô Cristine Lopes Dias<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres-MT, Brasil

\*Autor correspondente: [majo.dias@edu.mt.gov.br](mailto:majo.dias@edu.mt.gov.br)

### **Resumo:**

Nas últimas décadas, a Educação Física universitária passou a incorporar debates sobre gênero, raça e sexualidade, tensionando tradições biologicistas e normativas que historicamente organizaram o campo. Contudo, tais avanços não têm produzido, necessariamente, uma inflexão epistemológica consistente. A produção científica da área ainda opera, em grande medida, por meio da fragmentação dos marcadores sociais, o que contribui para o obscurecimento sistemático das experiências de sujeitos interseccionalmente localizados, como gays negros. Este trabalho analisa criticamente o estado da arte da produção científica da Educação Física acerca das experiências de gays negros na formação universitária, tomando as disputas por espaço (físico, simbólico, curricular e epistemológico) como eixo interpretativo. Fundamentado no feminismo negro, nos estudos de gênero e sexualidade e na interseccionalidade, especialmente a partir de Crenshaw, Collins, Akotirene e Louro, o estudo adota abordagem qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão narrativa de literatura, com análise de quatro estudos publicados entre 2020 e 2025. Os resultados evidenciam que a interseccionalidade é frequentemente mobilizada como recurso conceitual, mas raramente assumida como princípio estruturante da análise. A centralidade das experiências de gays negros permanece periférica ou episódica, revelando não apenas lacunas temáticas, mas mecanismos de silenciamento epistemológico no campo. Conclui-se que fortalecer abordagens interseccionais implica reconfigurar critérios de legitimação científica e tensionar os regimes de produção do conhecimento na Educação Física universitária.

**Palavras chave:** Educação Física; Interseccionalidade; Masculinidades negras gays; Formação universitária; Produção científica.

### **Intersectionality and the experiences of black gay men in university Physical Education: disputes over space**

#### **Abstract:**

In recent decades, university Physical Education has incorporated debates on gender, race, and sexuality, challenging biologicist and normative traditions that have historically structured the field. However, such advances have not necessarily resulted in a consistent epistemological shift. Scientific production in the area still largely operates through the fragmentation of social markers, contributing to the systematic obscuring of the experiences of intersectionally located subjects, such as Black gay men. This study critically analyzes the state of the art of scientific production in Physical Education concerning the experiences of Black gay men in university education, taking disputes over space (physical, symbolic, curricular, and epistemological) as its interpretative axis. Grounded in Black feminist thought, gender and sexuality studies, and intersectionality, particularly drawing on Crenshaw, Collins, Akotirene, and Louro, the study adopts a qualitative approach of a basic and exploratory nature, developed through a narrative literature review analyzing four studies published between 2020 and 2025. The findings indicate that intersectionality is frequently mobilized as a conceptual resource but is rarely

assumed as a structuring principle of analysis. The centrality of Black gay men's experiences remains peripheral or episodic, revealing not only thematic gaps but also mechanisms of epistemological silencing within the field. It is concluded that strengthening intersectional approaches requires reconfiguring criteria of scientific legitimation and challenging prevailing regimes of knowledge production in university Physical Education.

**Keywords:** Physical Education; Intersectionality; Black Gay Masculinities; University Education; Scientific Production.

## **Introdução**

A Educação Física universitária tem sido marcada por debates críticos que tensionam concepções naturalizadas de corpo, movimento, gênero e sexualidade, historicamente marcadas por perspectivas biologicistas, normativas e excludentes. Impulsionada por contribuições dos estudos culturais, feministas, pós-estruturalistas e decoloniais, a área passou a reconhecer o corpo como construção social e política, compreendendo-o como espaço de inscrição de relações de poder, identidades e desigualdades. Nesse contexto, temas como diversidade sexual, relações raciais e gênero vêm ganhando maior visibilidade na produção científica, ainda que de forma desigual e fragmentada.

Apesar desses avanços, observa-se que as análises produzidas no campo da Educação Física tendem, em muitos casos, a tratar marcadores sociais de forma isolada, privilegiando abordagens que focalizam exclusivamente gênero ou sexualidade, ou, em menor escala, raça. Tal fragmentação analítica contribui para o obscurecimento das experiências vividas por sujeitos que se localizam na intersecção de múltiplas opressões, como é o caso de gays negros no contexto da formação universitária em Educação Física. Esses sujeitos experienciam, simultaneamente, processos de racialização, heteronormatividade e cisnormatividade, que atravessam seus corpos, trajetórias acadêmicas e possibilidades de pertencimento institucional.

A noção de interseccionalidade, formulada inicialmente por autoras negras do feminismo crítico, oferece um potente aporte teórico-metodológico para compreender como diferentes sistemas de dominação, como racismo, sexismo e heteronormatividade, operam de maneira articulada, produzindo experiências específicas de exclusão e resistência. No entanto, ainda são incipientes, na Educação Física, os estudos que mobilizam essa perspectiva de forma consistente para analisar as disputas por espaço vivenciadas por gays negros na universidade. Tais disputas não se restringem aos espaços físicos, como quadras, vestiários e salas de aula, mas se estendem aos âmbitos simbólico, curricular e institucional, revelando hierarquizações de corpos, saberes e identidades legitimadas na formação acadêmica.

Diante desse cenário, problematiza-se: como a produção científica da Educação Física tem abordado as experiências de gays negros na formação universitária e de que modo são analisadas as disputas por espaço a partir de uma perspectiva interseccional? A relevância dessa questão reside na necessidade de desvelar silenciamentos históricos e epistemológicos que atravessam a área, bem como de ampliar os horizontes analíticos da Educação Física para além de leituras universalizantes e descontextualizadas das diferenças.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o estado da arte da produção científica da área da Educação Física acerca das experiências de gays negros/as na formação universitária, com foco nas disputas por espaço sob a perspectiva da interseccionalidade. Especificamente, busca-se mapear as produções que articulam raça, sexualidade e gênero; identificar estudos que tratem explicitamente das experiências de gays negros; analisar como a interseccionalidade é mobilizada (ou negligenciada) nessas investigações; examinar os espaços tensionados nas análises; evidenciar lacunas e tendências teóricas; e indicar desafios e possibilidades para o avanço de pesquisas interseccionais no campo.

Ao se constituir como um estudo de caráter analítico e reflexivo, este artigo pretende contribuir para o fortalecimento de uma Educação Física universitária comprometida com a justiça social, a pluralidade de experiências e a produção de conhecimentos sensíveis às desigualdades estruturais que atravessam os corpos dissidentes no espaço acadêmico.

## **Referencial teórico**

A Educação Física, enquanto campo científico e pedagógico, constituiu-se historicamente sob forte influência de discursos biomédicos, higienistas e esportivizantes, os quais contribuíram para a normatização dos corpos e para a produção de hierarquias corporais baseadas em critérios de desempenho, força, virilidade e eficiência (Bracht, 1999; Castellani Filho et al., 2014). Tais discursos consolidaram modelos corporais legitimados, associados majoritariamente à masculinidade hegemônica, à heterossexualidade e à branquitude, relegando à marginalidade corpos dissidentes dessas normas.

A partir das contribuições de Foucault (2009), compreende-se que o corpo é atravessado por relações de poder que o disciplinam, regulam e produzem subjetividades. No espaço universitário, essas relações se materializam em práticas pedagógicas, currículos e interações cotidianas que definem quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais são silenciados ou invisibilizados. Na Educação Física, essa dinâmica é intensificada pelo caráter

performativo das práticas corporais, nas quais o corpo se torna simultaneamente objeto e instrumento de avaliação.

Nesse sentido, a universidade não pode ser compreendida como espaço neutro ou isento de conflitos, mas como território de disputas simbólicas e materiais (Bourdieu, 1989). As experiências formativas são atravessadas por mecanismos de exclusão que afetam de maneira mais contundente estudantes cujos corpos rompem com os padrões normativos, como gays negros, cujas trajetórias acadêmicas são marcadas por tensões relacionadas à visibilidade, ao pertencimento e ao reconhecimento institucional.

O debate sobre raça e racismo na Educação Física brasileira ainda se apresenta de forma incipiente, apesar de o racismo estrutural constituir um dos principais eixos organizadores das desigualdades sociais no país (Almeida, 2019). A racialização dos corpos negros, entendida como processo histórico e social de atribuição de sentidos e hierarquias a partir da raça, opera de maneira significativa no campo da Educação Física, produzindo estigmas, estereótipos e limitações simbólicas.

Autores como Munanga (2019) e Gomes (2018) apontam que corpos negros são frequentemente associados a narrativas que os naturalizam como fortes, resistentes e aptos ao esforço físico, ao mesmo tempo em que são deslegitimados como sujeitos intelectuais e produtores de conhecimento. Na formação universitária em Educação Física, essa lógica se expressa na supervalorização do desempenho esportivo em detrimento da reflexão crítica, reforçando a subalternização de estudantes negros nos espaços acadêmicos.

Paralelamente, a branquitude opera como norma silenciosa e não problematizada, apresentando-se como universalidade e neutralidade (Schucman, 2012). Essa invisibilidade dificulta o enfrentamento do racismo no cotidiano universitário e contribui para a manutenção de currículos e práticas pedagógicas que desconsideram as experiências e epistemologias negras. Para gays negros, esses processos se intensificam, uma vez que a racialização se articula à sexualização e à marginalização da dissidência sexual.

Para além disso, a Educação Física configura-se como um campo fortemente atravessado por regimes de gênero e sexualidade que privilegiam a heterossexualidade e determinadas expressões de masculinidade, em especial aquelas associadas à força, à competitividade e à virilidade (Connell, 1995; Goellner, 2013). A heteronormatividade, entendida como sistema que naturaliza a heterossexualidade como padrão legítimo, estrutura práticas pedagógicas, relações interpessoais e expectativas profissionais na formação universitária.

Estudantes gays frequentemente enfrentam processos de estigmatização, violência simbólica e exclusão, que se manifestam por meio de piadas, silenciamentos, suspeições sobre competência profissional e constrangimentos em aulas práticas e vestiários (Louro, 2018). Essas experiências produzem impactos significativos na permanência e no engajamento acadêmico, além de reforçarem a ideia de que a Educação Física seria um espaço “impróprio” para corpos dissidentes.

Quando a dissidência sexual se articula à racialização, como no caso de gays negros, emergem experiências marcadas por múltiplas opressões. A hipersexualização dos corpos negros, associada à homofobia e à misoginia, produz formas específicas de violência e invisibilização, evidenciando os limites das análises que tratam sexualidade e raça de forma isolada (Collins, 2019).

A interseccionalidade, conceito sistematizado por Crenshaw (2002), emerge como ferramenta teórica central para compreender como diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo e heteronormatividade, operam de maneira articulada e simultânea. Essa perspectiva, oriunda do feminismo negro, rompe com abordagens fragmentadas e propõe a análise das experiências sociais a partir da articulação entre múltiplos marcadores de diferença.

No campo da Educação Física, a incorporação da interseccionalidade possibilita compreender que as disputas por espaço vivenciadas por gays negros extrapolam a dimensão física, alcançando os âmbitos simbólico, curricular e institucional. Tais disputas dizem respeito ao direito de ocupar legitimamente os espaços formativos, de ter suas experiências reconhecidas como produtoras de conhecimento e de participar ativamente da construção curricular (Akotirene, 2019).

Entretanto, a literatura da área ainda revela limitações significativas na adoção dessa perspectiva. Muitas produções mencionam raça, gênero ou sexualidade de forma pontual, sem explorar suas articulações estruturais, o que resulta em análises superficiais e pouco sensíveis às complexidades das experiências interseccionais (Collins; Bilge, 2021). Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar o uso da interseccionalidade como categoria analítica central na Educação Física universitária, contribuindo para a produção de conhecimentos comprometidos com a equidade e a justiça social.

## **Universidade, currículo e produção de silenciamentos**

A universidade, enquanto instituição social responsável pela produção e legitimação do conhecimento científico, ocupa papel central na manutenção, ou no enfrentamento, das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade. Longe de se configurar como espaço neutro, o ambiente universitário é marcado por disputas epistemológicas, políticas e simbólicas que definem quais saberes são reconhecidos como legítimos e quais experiências permanecem à margem (Bourdieu, 1989). Nesse cenário, os currículos dos cursos de Educação Física desempenham função estratégica na reprodução de normatividades corporais, raciais e sexuais.

O currículo pode ser compreendido como um campo de poder, no qual determinados conhecimentos são selecionados, organizados e hierarquizados em detrimento de outros (Apple, 2006). Na formação universitária em Educação Física, observa-se a centralidade de conteúdos técnico-biológicos e esportivos, frequentemente dissociados de discussões críticas sobre raça, gênero e sexualidade. Tal configuração curricular contribui para o apagamento das experiências de sujeitos dissidentes e para a naturalização de perspectivas eurocêntricas, masculinas e heteronormativas na produção do conhecimento.

Sob essa lógica, o que não é nomeado tende a ser silenciado. As ausências de debates sobre racismo, homofobia e interseccionalidade nos currículos não são neutras, mas produzem efeitos concretos sobre a formação profissional e sobre as trajetórias acadêmicas de estudantes gays negros. Esses silenciamentos curriculares operam como formas sutis de violência simbólica, na medida em que negam reconhecimento às experiências desses sujeitos e reforçam a ideia de que suas vivências não são relevantes para o campo científico (Louro, 2018; Gomes, 2018).

Além disso, a produção científica na Educação Física também participa desse processo de silenciamento ao privilegiar determinados objetos, sujeitos e abordagens teóricas. Conforme aponta Santos (2007), a monocultura do saber científico tende a deslegitimar conhecimentos produzidos a partir de experiências subalternizadas, produzindo o que o autor denomina de “epistemicídio”. No caso das experiências de gays negros, a ausência ou a abordagem superficial na literatura evidencia limites epistemológicos que demandam enfrentamento crítico.

Nesse sentido, pensar a universidade e o currículo a partir de uma perspectiva interseccional implica reconhecer que as disputas por espaço não se dão apenas no plano físico, mas, sobretudo, no plano epistemológico. Trata-se de disputar quais corpos podem falar, quais experiências podem ser investigadas e quais saberes podem circular legitimamente na formação universitária em Educação Física. Ao tensionar esses processos, abre-se a possibilidade de

construção de currículos mais plurais, críticos e comprometidos com a justiça social, capazes de acolher a diversidade de corpos e trajetórias que compõem o espaço universitário.

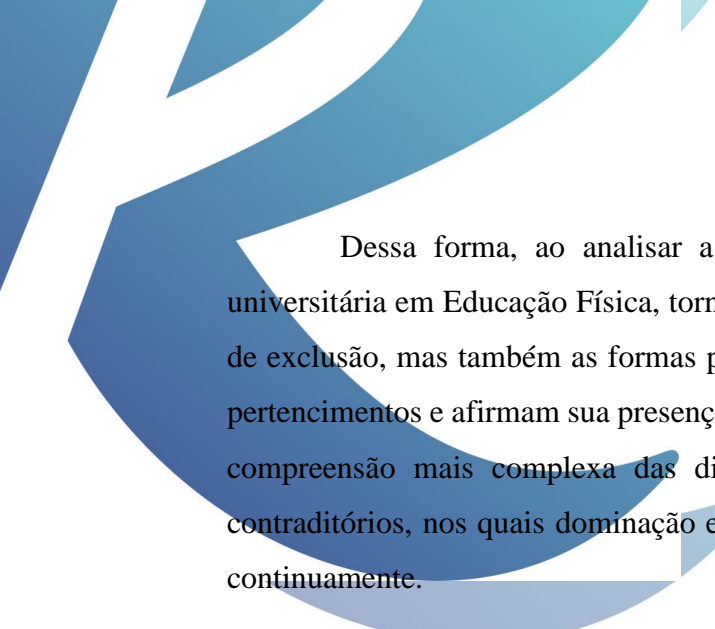
### **Experiência, agência e estratégias de resistência de gays negros na formação universitária**

As experiências vividas por gays negros na Educação Física universitária não podem ser compreendidas apenas a partir das dinâmicas de opressão e exclusão que atravessam seus corpos e trajetórias. Embora o racismo, a heteronormatividade e a cisnormatividade operem de forma estruturante nesses espaços, é fundamental reconhecer que esses sujeitos também constroem estratégias de agência, negociação e resistência frente às normas que buscam disciplinar seus modos de existir. A noção de experiência, nesse sentido, assume centralidade analítica, pois permite compreender como os sujeitos interpretam, ressignificam e respondem às condições sociais que os atravessam (Scott, 1998).

Na Educação Física, o corpo é simultaneamente campo de controle e de possibilidade. Conforme argumenta Butler (2018), os corpos, ainda que regulados por normas de gênero e sexualidade, nunca se conformam integralmente a elas, abrindo brechas para performances dissidentes e para a subversão das expectativas normativas. Para gays negros, tais brechas se manifestam em diferentes estratégias, como a ocupação consciente de espaços tradicionalmente hostis, a construção de redes de apoio entre pares, a ressignificação da performance corporal e a produção de narrativas que afirmam identidades dissidentes.

Essas estratégias de resistência, contudo, não devem ser romantizadas. Conforme alerta Collins (2019), a agência de sujeitos interseccionalmente subalternizados ocorre em contextos de desigualdade estrutural, nos quais as possibilidades de ação são constantemente limitadas por relações de poder. Assim, a resistência cotidiana de gays negros na universidade muitas vezes se expressa de forma silenciosa, fragmentada e situada, como a escolha de silenciar-se em determinados contextos, a adaptação estratégica a normas institucionais ou a seletividade na visibilidade de suas identidades.

Além disso, a construção de coletivos estudantis, grupos de pesquisa e espaços acadêmicos comprometidos com a diversidade racial e sexual tem se mostrado uma importante forma de resistência institucional. Tais iniciativas tensionam o currículo, disputam narrativas hegemônicas e ampliam os horizontes de reconhecimento dentro da Educação Física universitária, contribuindo para a emergência de epistemologias outras, fundamentadas nas experiências de corpos historicamente marginalizados (Santos, 2007).



Dessa forma, ao analisar a produção científica sobre gays negros na formação universitária em Educação Física, torna-se imprescindível considerar não apenas as dinâmicas de exclusão, mas também as formas pelas quais esses sujeitos produzem sentidos, constroem pertencimentos e afirmam sua presença no espaço acadêmico. Essa perspectiva possibilita uma compreensão mais complexa das disputas por espaço, reconhecendo-as como processos contraditórios, nos quais dominação e resistência coexistem, se tensionam e se reconfiguram continuamente.

### **Formação em Educação Física, ética profissional e compromisso com a diversidade**

A formação universitária em Educação Física não se limita à aquisição de competências técnicas e científicas, mas envolve, de maneira indissociável, a constituição de valores éticos, políticos e sociais que orientam a atuação profissional. Nesse sentido, discutir diversidade, equidade e justiça social no âmbito da formação inicial implica reconhecer que o trabalho do profissional de Educação Física incide diretamente sobre corpos atravessados por marcadores de raça, gênero, sexualidade, classe e deficiência, os quais demandam práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças e com a superação de desigualdades históricas.

Autores que analisam a formação docente crítica destacam que a universidade desempenha papel central na problematização de preconceitos naturalizados e na desconstrução de discursos que legitimam práticas excludentes (Freire, 2011; Pimenta; Anastasiou, 2014). Contudo, na Educação Física, ainda prevalecem modelos formativos que priorizam a neutralidade técnica e a eficiência corporal, frequentemente dissociados de reflexões éticas e políticas sobre o impacto social da prática profissional. Essa dissociação contribui para a reprodução de posturas que negligenciam as especificidades de sujeitos dissidentes, como gays negros, tanto no espaço universitário quanto nos campos de atuação profissional.

A ausência de uma abordagem interseccional na formação docente tende a produzir profissionais pouco preparados para lidar com situações de discriminação racial e sexual em contextos educacionais e esportivos. Conforme argumenta Gomes (2017), o enfrentamento das desigualdades requer uma formação que reconheça o racismo e outras formas de opressão como problemas estruturais, e não como desvios individuais. Do mesmo modo, Louro (2018) enfatiza que a educação das sexualidades demanda práticas pedagógicas que questionem a heteronormatividade e promovam o reconhecimento da pluralidade de identidades e expressões.

Nesse cenário, a ética profissional na Educação Física deve ser compreendida como compromisso ativo com a promoção da dignidade humana e com a construção de ambientes educativos seguros e inclusivos. Tal compromisso implica revisar currículos, metodologias de ensino, formas de avaliação e relações interpessoais, de modo a garantir que corpos historicamente marginalizados não apenas acessem, mas permaneçam e sejam reconhecidos na formação universitária. Para gays negros, isso significa a possibilidade de vivenciar a universidade como espaço de aprendizagem e pertencimento, e não como território de constante vigilância e exclusão.

Assim, refletir sobre formação, ética e diversidade na Educação Física universitária permite ampliar a compreensão das disputas por espaço, situando-as também no plano da responsabilidade social da profissão. Ao incorporar a interseccionalidade como princípio formativo, a área pode avançar na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças, contribuindo para a transformação das estruturas que historicamente têm limitado a plena participação de sujeitos dissidentes no campo acadêmico e profissional.

### **Aspectos metodológicos**

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica e cunho exploratório, tendo como objetivo compreender e analisar como a produção científica da área da Educação Física tem abordado, sob a perspectiva da interseccionalidade, as experiências de gays negros na formação universitária e as disputas por espaço que atravessam esses sujeitos. A pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a interpretação aprofundada de sentidos, discursos, categorias analíticas e construções teóricas presentes na literatura, permitindo compreender fenômenos sociais complexos que não se reduzem à quantificação (Minayo, 2008).

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como pesquisa básica, uma vez que busca ampliar o conhecimento teórico sobre o tema, sem a intenção imediata de aplicação prática, contribuindo para o avanço das reflexões acadêmicas no campo da Educação Física. O caráter exploratório justifica-se pela escassez de investigações que abordem explicitamente as experiências de gays negros na formação universitária a partir de uma perspectiva interseccional, o que demanda maior aproximação com o objeto de estudo e mapeamento das produções existentes (Severino, 2017; Prodanov; Freitas, 2013).

Como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão narrativa de literatura, modalidade que permite a síntese crítica e interpretativa de estudos publicados, sem a pretensão de exaustividade própria das revisões sistemáticas. A revisão narrativa mostra-se especialmente pertinente quando o objetivo é analisar tendências teóricas, lacunas, silenciamentos e formas de abordagem de determinado fenômeno na produção científica, favorecendo a construção de um panorama analítico e reflexivo sobre o estado do conhecimento (Green; Johnson; Adams, 2006).

A busca e seleção dos estudos foram realizadas considerando publicações no período de 2020 a 2025, de modo a contemplar produções recentes e alinhadas aos debates contemporâneos sobre interseccionalidade, raça e sexualidade na Educação Física. Como critérios de inclusão, foram selecionados quatro trabalhos científicos: (a) publicados em periódicos revisados por pares; (b) vinculados à área da Educação Física ou áreas afins com diálogo explícito com o campo; (c) que abordassem, de forma direta ou indireta, questões relacionadas à formação universitária, raça, sexualidade e gênero; e (d) que apresentassem potencial analítico para a discussão das experiências de gays negros e das disputas por espaço no contexto universitário. Foram excluídos trabalhos duplicados, produções fora do recorte temporal estabelecido e estudos que tratassem os marcadores sociais de forma dissociada, sem diálogo com o escopo da pesquisa.

A análise dos artigos selecionados foi conduzida de maneira interpretativa, buscando identificar: as categorias teóricas mobilizadas; a presença ou ausência da perspectiva interseccional; os espaços (físicos, simbólicos, curriculares e institucionais) tensionados nas análises; e as lacunas e silenciamentos presentes na produção científica. Esse movimento analítico dialoga com a compreensão de que o conhecimento científico é socialmente situado e atravessado por disputas epistemológicas, exigindo do pesquisador uma postura crítica e reflexiva diante dos dados analisados (Minayo, 2008).

Desse modo, a metodologia adotada permitiu construir um panorama analítico do estado da arte sobre a temática, contribuindo para a identificação de desafios e possibilidades para o avanço de pesquisas interseccionais na Educação Física universitária, em consonância com os objetivos propostos neste estudo.

## **Análise e discussão**

A análise dos quatro trabalhos selecionados permite identificar tendências, aproximações teóricas e lacunas na forma como a produção científica recente da Educação

Física tem abordado as experiências de sujeitos dissidentes, especialmente no que se refere às articulações entre raça, sexualidade, gênero e disputas por espaço. Ainda que nem todos os estudos tratem explicitamente de gays negros na formação universitária, eles oferecem elementos analíticos fundamentais para compreender os limites e as potencialidades da incorporação da interseccionalidade no campo.

Os estudos analisados demonstram que a interseccionalidade vem ganhando visibilidade na Educação Física, sobretudo a partir de 2022, sendo mobilizada como categoria crítica para tensionar práticas pedagógicas, currículos e processos formativos. No entanto, observa-se que sua operacionalização ainda ocorre de maneira desigual. Enquanto alguns trabalhos a utilizam como eixo estruturante da análise, outros a acionam de forma mais conceitual ou introdutória, sem aprofundar suas implicações metodológicas.

O artigo de Jucá, Mont Alverne e Maldonado (2024) destaca-se por compreender a interseccionalidade como práxis crítica, articulando gênero, raça, classe social e deficiência na análise das práticas pedagógicas de docentes de Educação Física nos Institutos Federais. Ainda que o foco não esteja diretamente na formação universitária inicial, o estudo contribui ao evidenciar que a interseccionalidade pode orientar ações pedagógicas comprometidas com justiça curricular, rompendo com abordagens fragmentadas dos marcadores sociais.

Por outro lado, o trabalho de Sepulveda et al. (2024) apresenta a interseccionalidade como uma aposta teórico-epistemológica, inserida no diálogo com os estudos feministas pós-estruturalistas e a teoria queer, ao analisar currículos e práticas formativas na Educação Física. Nesse caso, a interseccionalidade aparece como horizonte crítico, mas nem sempre como ferramenta analítica aplicada de forma sistemática às experiências concretas de sujeitos interseccionalmente subalternizados.

Esses dados corroboram a literatura que aponta para a recorrente apropriação conceitual da interseccionalidade sem o devido aprofundamento analítico, o que limita sua potência explicativa no enfrentamento das desigualdades estruturais no campo da Educação Física.

Dentre os trabalhos analisados, o artigo de Da Fonseca et al. (2024) é o que mais se aproxima diretamente do objeto deste estudo, ao problematizar a experiência do homem preto homossexual a partir do documentário “Bicha Preta” e das discussões desencadeadas em um evento de extensão vinculado à formação docente em Educação Física. O estudo evidencia como as masculinidades negras gays são constantemente tensionadas por expectativas normativas que articulam racismo e homofobia, produzindo experiências marcadas pela vigilância, pela violência simbólica e pela necessidade de resistência.

As análises revelam que a simples visibilização dessas experiências gera reações conservadoras, como a invasão da transmissão do evento com o intuito de interromper o debate, fato que explicita as disputas por espaço simbólico no interior da universidade. Tal achado reforça a compreensão de que discutir masculinidades negras gays na Educação Física não é apenas um exercício acadêmico, mas um ato político que desafia estruturas normativas profundamente enraizadas.

Ainda assim, observa-se que o debate sobre gays negros aparece de forma pontual na produção científica, frequentemente vinculado a eventos específicos ou experiências isoladas, o que indica a persistência de silenciamentos estruturais na literatura da área. As experiências desses sujeitos raramente são tomadas como eixo central de investigações sistemáticas sobre formação universitária, o que limita a compreensão da complexidade de suas trajetórias acadêmicas.

As disputas por espaço emergem de forma recorrente nos trabalhos analisados, especialmente quando o foco recai sobre currículo e formação docente. O estudo de Sepulveda et al. (2024) evidencia que os currículos dos cursos de Educação Física ainda reproduzem estruturas patriarcais e heteronormativas, relegando as discussões sobre gênero, sexualidade e raça a componentes periféricos ou optativos. Essa organização curricular produz efeitos diretos sobre quem pode se reconhecer no processo formativo e quais corpos são legitimados como pertencentes ao campo.

De modo complementar, a dissertação de Augusto (2022) amplia essa discussão ao propor alianças entre os estudos feministas, queer (decoloniais) e a Educação Física cultural, defendendo a necessidade de uma descolonização do currículo e do olhar docente. Embora o estudo esteja situado no contexto escolar, suas contribuições são relevantes para a formação universitária, ao demonstrar que práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade exigem ruptura com o cis-tema heteronormativo e com epistemologias eurocêntricas.

A leitura articulada dos estudos evidencia que, embora a Educação Física venha incorporando discursos críticos sobre diversidade, ainda persiste uma dificuldade estrutural em reconhecer sujeitos interseccionalmente localizados como produtores legítimos de conhecimento. Essa constatação dialoga diretamente com Bourdieu (1989), ao evidenciar que as disputas por espaço analisadas não se restringem ao acesso físico à universidade, mas se configuram como disputas simbólicas pelo direito à voz, à visibilidade e à legitimação epistemológica. Nos trabalhos analisados, especialmente em Sepulveda et al. (2024) e Augusto (2022), observa-se que os currículos e práticas formativas continuam operando a partir de uma

lógica universalizante, que obscurece as experiências de sujeitos como gays negros, corroborando o que Santos (2007) denomina de epistemicídio.

Outro ponto recorrente nos estudos analisados diz respeito à centralidade do corpo como lugar de inscrição das opressões e, simultaneamente, como espaço de resistência. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Foucault (2009) e Butler (2019), ao evidenciar que o corpo na Educação Física universitária é constantemente disciplinado por normas de gênero, raça e sexualidade. No trabalho de Da Fonseca et al. (2024), o corpo do homem preto gay emerge como corpo excessivamente visível e vigiado, marcado pela hipersexualização e pela suspeição, o que dialoga com as análises de Collins (2019) sobre a produção histórica de imagens controladoras dos corpos negros. Tais achados reforçam que a vivência universitária de gays negros é atravessada por mecanismos sutis e explícitos de controle, que limitam sua participação plena nos espaços formativos.

Os estudos também permitem compreender que a interseccionalidade, quando mobilizada de forma consistente, amplia significativamente a capacidade analítica da Educação Física. Jucá, Mont Alverne e Maldonado (2024) demonstram que a articulação entre raça, gênero, classe e outros marcadores não apenas revela desigualdades, mas possibilita pensar práticas pedagógicas comprometidas com a justiça curricular. Essa perspectiva converge com Akotirene (2019) e Crenshaw (2002), ao compreender a interseccionalidade não como soma de opressões, mas como lógica estrutural que organiza as experiências sociais. No entanto, a análise comparativa dos artigos indica que essa compreensão ainda não é hegemônica no campo, sendo muitas vezes tratada como recurso retórico, e não como eixo epistemológico.

As disputas por espaço, evidenciadas nos quatro trabalhos, também se manifestam no plano institucional, especialmente na resistência a abordagens que tensionam a heteronormatividade e a branquitude. O episódio relatado por Da Fonseca et al. (2024), no qual um evento acadêmico foi interrompido por ataques conservadores, explicita como a simples enunciação das experiências de gays negros pode ser percebida como ameaça à ordem normativa do campo. Esse fenômeno encontra respaldo nas análises de Louro (2018) e Connell (1995), que demonstram como a Educação Física se constitui historicamente como espaço de afirmação de masculinidades hegemônicas, tornando corpos dissidentes alvos preferenciais de silenciamento e violência simbólica.

Nesse sentido, a análise integrada dos estudos revela que a ausência de investigações centradas diretamente nas trajetórias de estudantes gays negros na formação universitária não é uma lacuna casual, mas resultado de escolhas epistemológicas que ainda privilegiam determinados sujeitos e objetos de pesquisa. Tal constatação reforça a necessidade de avançar

para pesquisas que escutem esses sujeitos, valorizem suas narrativas e reconheçam suas experiências como produtoras de conhecimento, conforme defendem Scott (1998) e Gomes (2018). Assim, os quatro trabalhos analisados, ao mesmo tempo em que apontam avanços importantes, evidenciam a urgência de uma Educação Física universitária que incorpore a interseccionalidade como princípio analítico, político e ético, capaz de tensionar silenciamentos históricos e ampliar os horizontes de justiça social no campo.

Nesse conjunto de produções, as disputas por espaço aparecem não apenas como conflitos físicos, como o uso de vestiários ou banheiros, mas sobretudo como disputas epistemológicas e curriculares. Trata-se de disputar quais narrativas, experiências e corpos são autorizados a compor o conhecimento legítimo da Educação Física.

A análise desses trabalhos evidencia avanços importantes na incorporação de perspectivas críticas na Educação Física, especialmente no que se refere à interseccionalidade, à justiça curricular e às discussões sobre gênero e sexualidade. Contudo, também revela lacunas significativas. A experiência específica de gays negros na formação universitária ainda é pouco explorada de maneira sistemática, aparecendo de forma dispersa e, muitas vezes, secundária.

Além disso, nota-se a predominância de estudos que tratam da prática pedagógica ou do currículo, em detrimento de investigações que escutem diretamente estudantes gays negros sobre suas trajetórias, permanência e disputas cotidianas no espaço universitário. Tal ausência reforça a necessidade de pesquisas que assumam essas experiências como centrais, e não apenas como exemplos ilustrativos de desigualdades mais amplas.

Assim, os trabalhos analisados apontam para a urgência de aprofundar abordagens interseccionais na Educação Física universitária, tanto no plano teórico quanto metodológico. Avançar nesse sentido implica reconhecer que as disputas por espaço vivenciadas por gays negros não são marginais, mas reveladoras das estruturas que organizam o campo, oferecendo pistas fundamentais para a construção de uma formação mais justa, plural e socialmente comprometida.

### **Considerações finais**

O presente estudo teve como objetivo analisar a produção científica da área da Educação Física acerca das experiências de gays negros na formação universitária, com foco nas disputas por espaço sob a perspectiva da interseccionalidade. A análise dos trabalhos selecionados permitiu evidenciar que, embora haja avanços recentes na incorporação de debates

sobre gênero, sexualidade e raça no campo, tais discussões ainda se apresentam de forma fragmentada, pontual e, muitas vezes, periférica, sobretudo quando se trata da articulação entre esses marcadores sociais.

Os resultados indicam que a interseccionalidade vem sendo progressivamente reconhecida como uma categoria analítica relevante na Educação Física, porém sua operacionalização permanece desigual. Em grande parte das produções analisadas, observa-se a predominância de abordagens que mencionam a diversidade como princípio ético ou político, sem, contudo, aprofundar as implicações epistemológicas e metodológicas da análise interseccional. Tal cenário limita a compreensão das experiências de sujeitos interseccionalmente subalternizados, como gays negros, cujas trajetórias universitárias são atravessadas simultaneamente por racismo, heteronormatividade e regimes de gênero.

As disputas por espaço, compreendidas neste estudo em suas dimensões física, simbólica, curricular e epistemológica, revelam-se como elemento central para a análise da formação universitária em Educação Física. Os trabalhos examinados demonstram que os currículos, as práticas pedagógicas e a própria produção científica da área ainda operam sob lógicas normativas que legitimam determinados corpos, saberes e identidades, ao passo que silenciam ou marginalizam experiências dissidentes. Nesse sentido, a universidade emerge não apenas como espaço de formação, mas como território de conflitos, no qual se produzem e se reproduzem desigualdades estruturais.

Ao mesmo tempo, os estudos analisados apontam para a existência de fissuras e possibilidades de transformação no campo. Práticas pedagógicas comprometidas com a justiça curricular, iniciativas de extensão, eventos acadêmicos e produções científicas críticas têm se configurado como estratégias importantes de resistência e disputa por reconhecimento. Tais experiências evidenciam que a Educação Física universitária pode constituir-se como espaço de produção de epistemologias outras, fundamentadas nas vivências de corpos historicamente marginalizados, desde que haja um compromisso institucional e formativo com a diversidade e a justiça social.

Diante desse panorama, torna-se imperativo que futuras pesquisas avancem no sentido de tomar as experiências de gays negros como eixo central de investigação, e não apenas como exemplos ilustrativos de desigualdades mais amplas. Isso implica escutar esses sujeitos, valorizar suas narrativas e reconhecer suas trajetórias como produtoras de conhecimento legítimo para o campo da Educação Física. Do mesmo modo, faz-se necessária a ampliação de estudos que adotem a interseccionalidade como princípio epistemológico, metodológico e

político, contribuindo para o enfrentamento dos silenciamentos históricos ainda presentes na área.

Por fim, este estudo reafirma que pensar a formação universitária em Educação Física a partir de uma perspectiva interseccional não é apenas um exercício teórico, mas um compromisso ético e político com a construção de uma universidade mais plural, democrática e socialmente referenciada. Ao tensionar as disputas por espaço vivenciadas por gays negros, o artigo busca contribuir para o fortalecimento de práticas formativas e de pesquisas comprometidas com o reconhecimento da diversidade de corpos, experiências e saberes que constituem o campo da Educação Física contemporânea.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AUGUSTO, Cyndel Nunes. **Encontros no cu do mundo: alianças entre os estudos feministas, queer (decolonial) e a Educação Física cultural**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-06072022-101441/en.php>. Acesso em: 21 dez. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRACHT, Valter. Educação física & ciência: cenas de um casamento (in) feliz. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 22, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/753>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CASTELLANI FILHO, Lino *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Robert W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lan>. Acesso em: 17 dez. 2025.

DA FONSECA, Michele Pereira de Souza *et al.* “Ser preto, ser gay, como isso pode?” debatendo masculinidades na formação docente em Educação Física. **Revista Inter-Ação**, v. 49, n. 3, p. 1744-1763, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/80595>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 30-42.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. O movimento negro educador. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 341–347, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/17526>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GREEN, Bart N.; JOHNSON, Claire D.; ADAMS, Alan. Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. **Journal of Chiropractic Medicine**, v. 5, n. 3, p. 101–117, 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2647067/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

JUCÁ, Luan Gonçalves; MONT ALVERNE, André Luis do Nascimento; MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e justiça curricular: reflexões iniciais de um potente diálogo na busca pela inclusão nas aulas de Educação Física nos Institutos Federais. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 28, p. e16995, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/16995>. Acesso em: 21 dez. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2016.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/11183/8194>. Acesso em: 21 dez. 2025.

SEPULVEDA, Denize *et al.* Novos olhares e práticas sobre os gêneros e sexualidades: diálogos com a educação física. **Anais do ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/116381>. Acesso em: 21 dez. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.